

Ticket Serviços S.A.

CNPJ nº 47.866.934/0001-74

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020				Demonstrações de Resultado						
Balancos Patrimoniais		Nota	2021	2020	Balancos Patrimoniais		Nota	2021	2020	2020
Balanços Patrimoniais		explicativa	Controladora	Controladora	explicativa	Controladora	Controladora	Controladora	Controladora	Controladora
			2021	2020				2021	2020	2020
Ativo/Circulante			2.886.323	2.615.044	Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			2.779.163	2.411.447	2.437.732
Caixa e equivalentes de caixa	5	205.813	108.854	130.012	Fornecedores		28.385	12.659	12.826	
Aplicações financeiras	6	715.000	715.000	715.000	Afiiliados a pagar	15	1.747.715	1.581.539	1.600.944	
Contas a receber de clientes	7	1.667.004	1.422.980	1.430.041	Reembolsos a efetuar	16	818.408	628.012	634.463	
Impostos a recuperar	8	37.901	15.047	15.052	Obrigações trabalhistas	17	40.395	33.325	33.325	
Despesas antecipadas		9.129	10.673	10.673	Obrigações tributárias	18	17.439	14.129	14.198	
Derivativos a receber	27.g	192.518	293.754	293.754	IR e CS a recolher	9	13.076	21.864	21.995	
Partes relacionadas	10	9.100	7.274	7.274	Partes relacionadas	10	5.076	4.289	4.289	
Dividendos a receber		-	482	-	Dividendos obrigatórios	22.d	62.437	-	-	
Outras contas a receber		49.858	40.980	40.980	Contas a pagar de aquisição de empresa	21	1.408	64.494	64.494	
Não Circulante		936.849	957.518	956.061	Arrendamento a pagar	14	18.139	21.440	21.440	
Realizável a longo prazo:					Outras contas a pagar		26.685	29.696	29.758	
IR e CS diferidos	9	-	-	21	Não Circulante		160.028	155.620	155.620	
Depósitos judiciais	19.b	35.773	34.549	34.549	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	57.725	55.903	55.903	
Empréstimo mútuo		1.073	1.007	1.007	Provisão para benefícios aos funcionários	20	16.700	668	668	
Investimento	1.1 e 11	-	165.355	-	IR e CS diferidos	9	82.427	94.800	94.800	
Imobilizado	12	15.370	14.059	14.059	Contas a pagar de aquisição de empresa	21	3.176	4.249	4.249	
Intangível	13	868.729	722.855	886.732	Patrimônio Líquido		883.981	1.005.495	1.005.495	
Direito de uso de bens arrendados	14	15.904	19.693	19.693	Capital social	22.a	478.705	478.705	478.705	
Total do Ativo		3.823.172	3.572.562	3.598.847	Reservas de capital		17.905	17.905	17.905	
					Reservas de lucros		387.188	400.848	400.848	
					Outros resultado abrangentes	22.e	183	108.037	108.037	
					Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.823.172	3.572.562	3.598.847	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Outros Resultados			
Nota explicativa	Capital social de capital	Reserva de capital Legal	Reserva de Lucros	Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	478.705	17.905	22.025	171.455	100.973	791.063	
Dividendos distribuídos de período anterior	-	-	-	(46.455)	-	(46.455)	
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa líquido de impostos	-	-	-	-	7.064	7.064	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	253.823	253.823	
Reserva Legal	22.b	-	12.691	-	(12.691)	-	
Constituição de outras reservas	-	-	-	241.132	(241.132)	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	478.705	17.905	34.716	366.132	108.037	1.005.495	
Dividendos distribuídos de período anterior	22.d	-	-	(201.132)	-	(201.132)	
Itens que serão reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa líquido de impostos	27.g	-	-	-	(110.914)	(110.914)	
Itens que poderão não serão reclassificados para o resultado - benefícios a empregados líquido de impostos	20	-	-	(12.983)	3.060	(9.922)	
Lucro líquido do exercício	22.b	-	-	-	-	262.891	
Reserva Legal	22.d	-	13.145	-	-	(13.145)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(62.437)	(62.437)	
Constituição de outras reservas	-	-	-	187.310	-	(187.310)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	478.705	17.905	47.861	339.327	183	883.981	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Ticket Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social principal a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; a prestação de serviços de administração, por conta própria ou de terceiros, de sistemas e/ou convênios de qualquer natureza, especialmente os relativos às atividades de refeições-convênio, alimentação-convênio, convênio-farmácia, vale-transporte e cartão de crédito, entre outros, por meio de vales ou cartões; participação como sócia ou acionista em empreendimentos comerciais ou negócios; e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos. A Companhia possui sua matriz localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7815, 3º e 6º andares, Torre II, Pinheiros, na cidade de São Paulo, e seu portfólio é composto pelos produtos: Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Ticket Transporte, Ticket Cultura e Ticket Saúde. **1.1. Reestruturação societária:** Em reunião de sócios realizada em 1 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da controlada Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda. A incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital uma vez que a Companhia era a única sócia dessa controlada. Após detida análise da conjuntura atual e da situação das empresas, a administração resolveu propor incorporação da Incorporada pela Incorporadora, por acreditar que a operação propiciará substancial economia de despesas administrativas e simplificação do sistema administrativo. O Patrimônio Líquido das empresas incorporadas na data-base 30 de setembro de 2021 está suportado por laudo de avaliação a valor contábil, datado de 20 de outubro de 2021. De acordo com os termos do instrumento de protocolo e justificação de incorporação, as variações patrimoniais ocorridas a partir de 30 de setembro de 2021 foram reconhecidas na Companhia. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2022.

2.3. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos técnicos: No exercício corrente, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19. Os efeitos dessa aplicação encontram-se apresentados na nota explicativa nº 19. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.4. Base de consolidação

Participação

Entidade	2021	2020	Natureza	País
Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda.	0%	100%	Controlada	Brasil

Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle total se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Em 1 de novembro de 2021, a Companhia incorporou sua controlada conforme mencionado na nota explicativa 1.1. **3. Principais Políticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: a) Resultado das operações: Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. b) Reconhecimento das receitas: As receitas são reconhecidas da seguinte maneira: (i) No momento da efetiva prestação de serviços: 1. Receita de cliente: são tarifas recebidas de empresas clientes na venda de "vouchers", cartões pré-pagos e de todos os valores relativos faturados aos clientes. 2. Receita de afiliados: correspondem às tarifas cobradas dos estabelecimentos, essas receitas são referentes aos valores já utilizados pelos usuários dos cartões na rede credenciada e são reconhecidas na receita no momento da transação. (ii) Quando o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. (iii) Quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. (iv) Quando as despesas incorridas com a transação, bem como as despesas para concluí-la, puderem ser mensuradas com confiabilidade. c) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. d) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade de para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge": Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, posteriormente, são atualizados pelo seu valor justo. As alterações no valor justo são registradas na demonstração do resultado, exceto quando o derivativo é considerado "hedge" contábil de fluxo de caixa. A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, a fim de proteger a Companhia de flutuações nas taxas de juros com a contratação de instrumentos de "swaps". e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimentos ou resgates até no máximo 90 dias a partir da data da aplicação e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor justo ou de realização. f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: g) As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vendidos e de acordo com os critérios de perda esperada estipulado pelo CPC 48, para atender às prováveis perdas na realização desses ativos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7 Investimentos. Os investimentos em controlada são registrados ao custo de aquisição, é atualizado por equivalência patrimonial. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. h) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear. A vida útil mencionada na nota explicativa nº 11 leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. i) Intangível: Representado, principalmente, por ágio e gastos com software, os valores estão demonstrados ao custo, e os softwares que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos, enquanto os ativos de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperação. j) Redução ao valor recuperável dos ativos, exceto ágio: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como "Outras despesas operacionais". Não houve a necessidade de constituição de provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera ser recuperado. l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões para riscos são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser mensurado com confiabilidade suficiente. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas duas vezes ao ano pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais externos da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19. m) Dividendos obrigatórios: A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios", por ser considerada uma obrigação estatutária da Companhia. n) Reembolsos a efetuar: Compreendem o saldo dos benefícios creditados em cartões e "vouchers" colocados em circulação e ainda não apresentados pelos estabelecimentos comerciais credenciados para reembolso. o) Benefícios a funcionários: Compreendem o saldo referente ao benefício de pós-emprego correspondente a extensão de plano médico, com elegibilidade à ex-funcionários da Ticket, de acordo com a Lei 9.656/98, e observado os procedimentos estabelecidos no CPC 33. p) Afiliados a pagar: Registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, sendo o pagamento realizado conforme o prazo contratual. q) Direito de uso de bens arrendados e Arrendamento a pagar: Os ativos de direito de uso da Companhia referem-se a contratos de arrendamento de ativos de imóvel na qual a Companhia está localizada e veículos. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, e reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento. Deste modo, os ativos e passivos de acordo com o CPC 06 (R2) são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento. Os ativos de direito de uso são representados na rubrica de arrendamento mercantil, e os passivos são apresentados na rubrica de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, ambos mencionados na nota explicativa nº 14. Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer amortização acumulada, de acordo com critérios do CPC-27 - Ativo Imobilizado na amortização do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável. O passivo de arrendamento inicialmente registrado é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada conforme norma CPC 48. A carteira é segmentada conforme seu nível de risco e as provisões levam em conta a probabilidade de perda de cada cliente, o histórico de perda incorrida no segmento e a perda esperada com base em estudos macroeconômicos correlacionadas ao modelo. A análise de risco considera o valor total da exposição no momento da perda e leva em consideração fatores mitigadores de risco, como garantias e seguro de crédito. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos

Demonstrações de Resultado				Demonstrações de Resultado			
Nota explicativa	2021	2020	2020	Nota explicativa	2021	2020	2020
Receita Operacional Líquida	23	756.500	741.096	Receita Operacional Líquida	23	756.500	741.096
Custo dos serviços prestados	24	(152.457)	(154.603)	Custo dos serviços prestados	24	(152.457)	(154.603)
Lucro Operacional Bruto		604.043	586.493	Lucro Operacional Bruto		604.043	586.493
Despesas Operacionais				Despesas Operacionais			
Comerciais	24	(11.420)	(10.672)	Comerciais	24	(11.420)	(10.672)
Com pessoal	24	(163.216)	(147.522)	Com pessoal	24	(163.216)	(147.522)
Assessoria e representação	24	(62.416)	(59.768)	Assessoria e representação	24	(62.416)	(59.768)
Depreciação e amortização	24	(67.405)	(63.544)	Depreciação e amortização	24	(67.405)	(63.544)
Outras despesas gerais e administrativas	24	(65.892)	(46.370)	Outras despesas gerais e administrativas	24	(65.892)	(46.370)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	24	11.482	12.457	Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	24	11.482	12.457
Equivalência Patrimonial		32	1.936	Equivalência Patrimonial		32	1.936
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		245.208	273.010	Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		245.208	273.010
Resultado Financeiro				Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	25	222.029	177.305	Receitas financeiras	25	222.029	177.305
Despesas financeiras	25	(79.105)	(76.178)	Despesas financeiras	25	(79.105)	(76.178)
Lucro antes do IR e da CS IR e CS		388.132	374.137	Lucro antes do IR e da CS IR e CS		388.132	374.137
Correntes	9	(75.351)	(86.027)	Correntes	9	(75.351)	(86.027)
Diferidos	9	(49.890)	(34.287)	Diferidos	9	(49.890)	(34.287)
Lucro Líquido do Exercício Atribuível aos:		262.891	253.823	Lucro Líquido do Exercício Atribuível aos:		262.891	253.823
Acionistas controladores			253.823	Acionistas controladores			253.823
Acionistas não controladores			-	Acionistas não controladores			-
Média Ponderada de Ações		34.684	34.684	Média Ponderada de Ações		34.684	34.684
Lucro Líquido do Exercício por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	26	7.58	7.32	Lucro Líquido do Exercício por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	26	7.58	7.32

Demonstrações dos Fluxos de Caixa				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Nota explicativa	2021	2020	2020	Nota explicativa	2021	2020	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		262.891	253.823	Lucro líquido do exercício		262.891	253.823
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	67.405	63.544	Depreciação e amortização	12, 13 e 14	67.405	63.544
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	14	1.845	744	Juros sobre operações de arrendamento mercantil	14	1.845	744
Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	12 e 13	17.183	8.385	Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	12 e 13	17.183	8.385
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	1.822	(9.467)	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	1.822	(9.467)
Provisão para benefícios aos funcionários	20	998	-	Provisão para benefícios aos funcionários	20	998	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(6.714)	2.529				

—☆continuação

assessores legais externos. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. e) "Hedge": Os hedges para risco nas variações das taxas de juros são contabilizados como *hedge* contábil de fluxo de caixa ou de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 27 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". "Hedge" contábil de fluxo de caixa: A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" contábil de fluxo de caixa é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada na rubrica "Outros resultados abrangentes" líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de "hedge" resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "hedge" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de "hedge". Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Caixa e bancos	10.575	8.566	8.566
Equivalentes de caixa (*)	195.238	100.288	121.446
Total	205.813	108.854	130.012

(*) Em 31 de dezembro de 2021, os equivalentes de caixa estão representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com liquidez imediata ou carência de 30 a 90 dias, remunerados por taxas que variam entre 99% e 115% (75% e 113% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Aplicações Financeiras

	2021	2020	
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL)	Classificação	Valor de Mercado/contábil
CDBs pós fixados	715.000	Nível 2	715.000
Total	715.000		715.000

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") com liquidez imediata ou carência de 90 dias, e remunerados por taxas que variam entre 99% e 115% (75% e 113% em 2020) do CDI, vinculadas às operações de hedge.

7. Contas a Receber

	2021	2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Clientes privados	1.728.075	1.598.421	1.605.482
Clientes públicos	138.782	58.659	58.659
Outras contas a receber:			
Demais contas a receber	20.431	14.214	14.214
Avistos de créditos (*)	(84.386)	(105.792)	(105.792)
Subtotal	1.802.902	1.565.502	1.572.563
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(135.898)	(142.522)	(142.522)
Total	1.667.004	1.422.980	1.430.041

(*) Representam valores a devolver para clientes em decorrência de reversão de crédito por pagamentos realizados indevidamente ou a maior pelos seus clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" por idade de vencimento é como segue:

	2021	2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
A vencer	1.612.193	1.225.178	1.231.677
Vencidos:			
Até 30 dias	64.885	145.764	146.280
De 31 a 60 dias	8.358	21.995	22.035
De 61 a 90 dias	3.640	12.207	12.213
De 91 a 120 dias	828	10.997	10.997
De 121 a 180 dias	411	(10.944)	(10.944)
Acima de 180 dias	112.587	160.305	160.305
Total	1.802.902	1.565.502	1.572.563

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

	2021	2020	
Saldo no início do exercício		142.522	139.993
Adições		11.008	10.596
Reversões		(17.632)	(8.067)
Saldo no fim do exercício		135.898	142.522

A despesa com a constituição e a receita com a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentadas na rubrica "Outras despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado. A Companhia fechou contrato com a Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. (Euler Hermes Seguros de Crédito S.A. em 2020) englobando a apólice de seguro de créditos e prestação de serviços de monitoramento e cobrança de créditos. A apólice foi renovada em 1º de outubro de 2021 com vigência até 30 de setembro de 2022 e prevê cobertura sobre carteira de faturamento estimada em R\$6.000.000 (R\$8.000.000 em 2020), com limite de garantia de apólice de R\$134.400 (R\$180.000 em 2020).

8. Impostos a Recuperar

	2021	2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre serviços	4.967	4.143	4.143
IRRF sobre aplicações financeiras	5.428	2.466	2.466
Impostos federais	24.187	4.699	4.704
Outros	3.319	3.739	3.739
Total	37.901	15.047	15.052

9. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Correntes: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

	2021	2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Lucro antes do IR e da CS	388.132	374.137	375.084
IR e CS à alíquota de 34%	(131.965)	(127.207)	(127.529)
Diferenças permanentes:			
Inovação tecnológica - Medida Provisória nº 11.196/05 - incentivos fiscais	4.115	4.509	4.509
Outras diferenças permanentes	2.609	2.384	1.759
IR e CS - após adições e exclusões	(125.241)	(120.314)	(121.261)
Correntes	(75.351)	(86.027)	(87.079)
Diferidos	(49.890)	(34.287)	(34.182)
Despesa com IR e CS	(125.241)	(120.314)	(121.261)
IR e a CS a recolher			
	2021	2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
IR e CS devidos	75.351	86.027	87.079
Antecipações efetuadas	(62.275)	(64.163)	(65.084)
IR e CS a recolher	13.076	21.864	21.995

b) Diferidos: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias. Os créditos e débitos estão mantidos no ativo e passivo não circulantes, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis. Os valores são demonstrados a seguir:

	2020	Movimentação		2021
Adequação novas normas CPC 47	17.273	(17.273)		—
Provisões a realizar	4.173	(3.579)		594
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.332	259		8.591
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	11.533	(2.252)		9.281
Provisões para perdas de depósitos judiciais de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.310	141		3.451
Provisões para bônus	519	145		664
Provisões de intermediação	1.992	187		2.179
Provisões para benefícios a funcionários	714	5.051		5.765
Provisões diversas	—	1.368		1.368
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	47.846	(15.953)		31.893
Provisão sobre o ágio amortizado para fins fiscais	(42.411)	(6.453)		(48.864)
Provisão para (ganho) sobre operações de "swap"	(99.876)	34.420		(65.456)
Provisões diversas	(359)	359		—
Total de crédito tributário de IR e CS - Passivo	(142.646)	28.326		(114.320)
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo + Passivo	(94.800)	12.373		(82.427)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários: A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
2021	—	29.204	29.225
2022	5.749	3.460	3.460
2023	621	2.307	2.307
2024	2.171	577	577
2025	2.020	12.298	12.298
2026	21.332	—	—
Total	31.893	47.846	47.867

10. Partes Relacionadas

	2021	2020	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Ativo circulante			
Partes relacionadas:			
Ticket Soluções HDFGT S.A. (c)	6.643	3.348	
Repom S.A. (c)	708	2.467	
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. (c)	537	652	
Edenred Soluções de Pagamento Hyla S.A.	391	471	
Outros	—	157	
Embratec Tecnologia HEQ Ltda.	78	61	
Freto Soluções e Tecnologia S.A.	101	48	
Edenred Brasil Participações S.A.	407	36	
Levo Log Transportes HES Ltda.	235	34	
Total do ativo circulante	9.100	7.274	
Passivo circulante			
Partes relacionadas:			
Edenred Soluções de Pagamento Hyla S.A. (d)	3.375	3.369	
Ticket Soluções HDFGT S.A. (d)	1.031	608	
Edenred Brasil Participações S.A.	633	302	
Embratec Tecnologia HEQ Ltda.	—	9	
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	—	1	
Repom S.A.	37	—	
Total do passivo circulante	5.076	4.289	

As transações nas demonstrações de resultado com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receita dos serviços prestados		Custo de contratação de serviços	
	2021	2020	2021	2020
Edenred Soluções de Pagamento Hyla S.A. (b)	9.272	10.631	3.506	2.793
Ticket Soluções HDFGT S.A. (a)	1.009	791	852	1.009
Repom S.A. (a)	377	189	—	—
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	2	1	—	—
TicketSeg Corretora de Seguros S.A.	—	—	248	248
Total	10.660	11.612	4.606	4.050

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Ticket Serviços S.A.

(a) Refere-se à contratação de serviços de emissão e impressão dos "vouchers". (b) Refere-se à contratação de intermediação de serviços. (c) Refere-se substancialmente à repasse de despesas compartilhadas e contratação de serviços. (d) Refere-se substancialmente à valores a pagar de incentivo comercial. A Companhia pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, o montante de R\$1.822 em 2021 (R\$5.972 em 2020).

11. Investimento

	2021	2020	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		165.355	165.355
Equivalência patrimonial do período		32	32
Incorporação do investimento - nota 1.1.		(165.387)	(165.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		—	—

12. Imobilizado

	2021			2020		
	Vida Útil em anos	Custo acumulado	Saldo residual	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Saldo residual
Terrenos	—	2.504	—	2.504	1.800	—
Máquinas e equipamentos	10	11	(10)	11	11	(9)
Móveis e utensílios	10	1.151	(593)	558	1.164	(466)
Instalações e benfeitorias	10	2.864	(909)	1.955	2.864	(623)
Equipamentos de informática	5	15.425	(5.963)	9.462	12.371	(3.920)
Equipamentos de telecomunicações	10	1.302	(412)	890	1.162	(295)
Total		23.257	(7.887)	15.370	19.372	(5.313)

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	2019	Adições	Baixas	Transfe-rências	2020	Adições	Baixas	Transfe-rências	2021
Custo:									
Terrenos	1.800	—	—	—	1.800	704	—	—	2.504
Máquinas e equipamentos	11	—	—	—	11	—	—	—	11
Móveis e utensílios	1.249	57	(339)	197	1.164	—	(13)	—	1.151
Instalações e benfeitorias	4.569	33	(999)	(739)	2.864	—	—	—	2.864
Equipamentos de informática	19.159	495	(7.825)	542	12.371	3.053	1	—	15.425
Equipamentos de telecomunicações	806	358	(2)	—	1.162	140	—	—	1.302
Total	27.594	943	(9.165)	—	19.372	3.897	(12)	—	23.257

Depreciação acumulada:

	2021	2020	
Máquinas e equipamentos	(7)	(1)	—
Móveis e utensílios	(494)	(147)	178
Instalações e benfeitorias	(757)	(346)	478
Equipamentos de informática	(10.645)	(1.101)	7.824
Equipamentos de telecomunicações	(207)	(91)	3
Total	(12.110)	(1.686)	8.483

Valor líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos bancários, nem arrolados em defesa de processos judiciais, tampouco bens paralisados ou quaisquer outras despesas com arrendamento mercantil operacional e despesas referentes a juros capitalizados. **13. Intangível:** Em função da incorporação ocorrida em 2021, o intangível da Controladora está sendo apresentado em comparação ao saldo Consolidado de 2020, conforme segue:

	2021			2020		
	Taxa anual de amortização%	Custo acumulado	Saldo residual	Custo acumulado	Amortização acumulada	Saldo residual
Software	14 a 20	281.344	(88.964)	192.380	250.197	(69.080)
Marcas e Patentes	—	5	—	5	5	—
Ágio - Comprocard Cartões de Benefícios Ltda. (a)	—	56.991	—	56.991	56.991	—
Ágio - Bônus Brasil - Serviços de Alimentos Ltda. (b)	—	7.179	—	7.179	7.179	—
Carteira - Bônus Brasil - Serviços de Alimentos Ltda. (b)	6,66	13.000	(7.274)	5.726	13.000	(6.345)
Ágio - Eco Benefício (c)	—	67.741	—	67.741	67.741	—
Ágio - R&I Adm Cartões Ltda. (d)	—	8.696	—	8.696	8.696	—
Carteira - R&I Adm Cartões Ltda. (d)	6,66	10.759	(4.064)	6.695	10.759	(3.347)
Intangível Itau (e)	5,88	420.000	(57.647)	362.353	420.000	(32.941)
Ágio - Cooper Ticket (f)	—	110.697	—	110.697	115.477	—
Carteira - Cooper Ticket (f)	6,66	54.279	(4.825)	49.454	49.500	(1.100)
Carteira - Easy (g)	6,45	858	(46)	812	—	—
Total		1.031.549	(162.820)	868.729	999.545	(112.813)

(a) Em 3 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 100% das cotas de capital da empresa Comprocard Cartões de Benefícios Ltda. O preço dessa aquisição foi de R\$57.000 e

continuação

19. Provisão para Riscos: 19.a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião de seus assessores legais externos, a Administração classifica os passivos contingentes como perdas prováveis e obrigações legais e mantém provisão em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está assim demonstrada:

	2021	2020
Tributários	36.619	38.082
Cíveis	1.966	923
Trabalhistas	4.790	4.055
Honorários advocatícios - "success fees"	14.350	12.843
Total	<u>57.725</u>	<u>55.903</u>

Provisões tributárias: Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	2021	2020
PIS e COFINS - Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03 (a)	18.134	17.283
Medida Cautelar - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (b)	14.323	14.114
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (c)	4.091	5.965
Impostos sobre Serviços - ISS (d)	—	575
Outros processos	71	145
Total provisionado	<u>36.619</u>	<u>38.082</u>

(a) Referem-se a mandados de segurança impetrados pela Companhia, objetivando: (i) a inconstitucionalidade da exigência do PIS e da COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, sendo contestada a majoração da alíquota de 2% para 3% com aplicação da base de cálculo sobre a totalidade das receitas, inclusive receitas financeiras; (ii) que seja assegurado o direito de efetuar os recolhimentos para o PIS e a COFINS, descontando os créditos calculados em relação aos encargos de depreciação ou amortização de bens e direitos dos ativos imobilizados adquiridos até 30 de abril de 2004, mediante depósito judicial; e (iii) que seja assegurado o direito de descontar os créditos relativos a despesas com benefícios dos tíquetes em serviço e planos de seguro de saúde, para efeito do PIS e da COFINS, recolhendo os efeitos como depósito judicial. Os valores reconhecidos são de R\$18.134 (R\$17.283 em 2020). (b) Refere-se à medida cautelar com pedido de liminar referente à empresa Transstick Serviços Ltda., incorporada pela Companhia em 2003, visando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário discutido, com retificação dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARFs, quanto à opção pela forma de tributação de lucro real para lucro presumido. Os valores recolhidos judicialmente com os acréscimos de atualização estão provisionados no montante de R\$14.323 (R\$14.114 em 2020). (c) Referem-se substancialmente, às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias para as quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados, cujo montante total é de R\$4.091 (R\$5.965 em 2020). (d) Refere-se a ação administrativa, ajuizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo contempla execução fiscal, ajuizada pelo Município de Salvador/BA, para cobrança de supostos débitos de ISS relativos ao período de 1984 a 1987, que foi encerrado em 2021 após adesão ao Programa de Pagamento Incentivado ("PPI") da Prefeitura de Salvador. **Provisões cíveis:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia era parte em 31 ações cíveis (14 em 2020) totalizando o valor de R\$1.966 (R\$923 em 2020), no âmbito da justiça cível e do juizado especial cível, movidos por consumidores, estabelecimentos e ex-funcionários, sendo a maioria referente a pedidos de indenização. **Provisões trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia era parte em 33 reclamações trabalhistas (30 em 2020) totalizando o valor de R\$4.790 (R\$4.055 em 2020) movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituíram em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, entre outros. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	Adições		2021
	2020	(Reversões)	
Tributários	38.082	(1.368)	(95)
Cíveis	923	1.523	(480)
Trabalhistas	4.055	1.304	(569)
Honorários - "success fee" (*)	12.843	1.534	(27)
Total	<u>55.903</u>	<u>2.993</u>	<u>(1.171)</u>

(*) Referem-se a honorários de sucesso relativos a processos judiciais administrativos patrocinados por assessores legais externos contratados pela Companhia. A Companhia, visando a uma melhor apresentação dos montantes envolvidos em suas causas trabalhistas, cíveis e tributárias, decidiu reclassificar os honorários advocatícios para a mesma rubrica de suas provisões. **Processos com perda possível:** A Administração da Companhia não considera necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, no montante de R\$1.160.036 (R\$1.079.634 em 2020), sendo R\$1.156.279 (R\$1.042.687 em 2020) relativo a processos judiciais tributários, R\$1.171 (R\$32.015 em 2020) relativo a processos judiciais cíveis e R\$2.586 (R\$4.932 em 2020) relativo a processos judiciais trabalhistas, para os quais, na avaliação dos seus assessores legais externos, a probabilidade de perda é considerada possível. Os principais processos com perda possível são discriminados a seguir: • R\$579.293 (R\$500.546 em 2020): referem-se à ação anulatória de débito fiscal proposta contra o Município de São Paulo, para anular os autos de infração lavrados por suposta falta de recolhimento de ISS relativo ao período de abril a dezembro de 2006 e janeiro de 2007 a março de 2009. • R\$363.383 (R\$357.126 em 2020): referem-se ao auto de infração visando à cobrança de supostas diferenças de IRPJ e CSLL, relativas ao período de setembro de 2007 a dezembro de 2010, por meio das quais foram glosadas as amortizações do ágio na aquisição da participação societária, via incorporação. • R\$142.983 (R\$137.637 em 2020): referem-se ao auto de infração visando à cobrança de supostas diferenças de IRPJ e CSLL, relativas ao período de janeiro de 2011 a agosto de 2012, por meio das quais foram glosadas as amortizações do ágio na aquisição da participação societária, via incorporação. • R\$11.160 (R\$1.237 em 2020): referem-se a auto de infração proposta pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro referente aos impostos de serviços prestados (ISS) de agosto de 2005 a maio de 2006. • R\$7.081 (R\$7.081 em 2020): referem-se à manifestação de inconformidade apresentada contra despacho decisório que não homologou o pedido de compensação de débito relativo ao IRPJ do período de apuração do mês de julho de 2008, com crédito decorrente de saldo negativo apurado no período de 21 de agosto a 31 de dezembro de 2007. **19.b) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$35.773 (R\$34.549 em 2020) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais", no ativo não circulante. **20. Provisão para Benefícios a Funcionários:** A Companhia passou, a partir desse exercício, a elaborar anualmente o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 - Benefícios a empregados, relativos a benefícios pós-emprego de plano de saúde, que resultou no registro de adoção inicial no montante de R\$20.510. Em 31 de dezembro de 2021, o valor dessa provisão é de R\$16.700. Como forma de reter funcionários considerados estratégicos dentro do corpo gerencial, a Companhia adotava até o exercício anterior, como política, beneficiá-los pelo tempo de permanência na Companhia, com múltiplos de salários, escalonados de acordo com o nível de hierarquia e limitados a um teto. Para os elegíveis, esse benefício era concedido apenas no caso de desligamento por iniciativa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía mais provisão relacionada a este benefício (R\$668 em 2020). A Companhia possui plano de previdência privada administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e constituído de acordo com as características do plano de contribuições definidas, mantendo um fundo formado pelas contribuições individuais de cada participante e contribuições da patrocinadora, acrescidas dos respectivos rendimentos. As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$3.215 (R\$2.910 em 2020), sendo R\$504 (R\$525 em 2020) compensado pelo fundo inominado, o qual contempla as contribuições parte empresa de participantes que já se desligaram da Companhia, porém não eram elegíveis a resgatá-lo, afetando de forma líquida o resultado em R\$2.711 (R\$386 em 2020) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Ambas foram registradas na rubrica "Despesas operacionais com pessoal". **21. Contas a Pagar por Aquisição de Empresa:** Em abril de 2016, a Companhia adquiriu R&I Administradora de Cartões Ltda., pelo montante de R\$19.950. Foram efetuados desembolsos no montante de R\$20.970, considerando as atualizações da taxa básica de juros. A parcela de R\$1.259 será quitada até abril de 2022, atualizadas com base no percentual do CDI, assim encerrando as obrigações a pagar pela aquisição. Em 01 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu a Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda., prestadora de serviços especializada no fornecimento de cartões alimentação e refeição. A parcela de R\$65.231 foi

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes - Diretor Geral

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Ticket Serviços S.A.

para durante o exercício de 2021 considerando as atualizações pela taxa de juros Selic. O saldo de R\$3.176 será quitado até junho de 2026, atualizado pela taxa de juros Selic, ambas seguindo as cláusulas do contrato de compra e venda. Em 31 de março de 2021, a Companhia adquiriu a carteira de clientes da Easy Soluções, Serviços e Assessoria Ltda. pelo valor de R\$857, sendo R\$633 liquidado no momento da aquisição, R\$75 liquidado em dezembro de 2021, e a parcela remanescente de R\$149 será liquidada até fevereiro de 2022, encerrando assim suas obrigações a pagar pela aquisição. A parcela no valor de R\$1.408 (R\$64.494 em 2020) está demonstrada na rubrica "Contas a pagar por aquisição de empresa", no passivo circulante, e o valor de R\$3.176 (R\$4.249 em 2020) está demonstrado no passivo não circulante. **22. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$478.705 (R\$478.705 em 2020), composto por 34.684.163 ações ordinárias nominativas (34.684.163 em 2020), constituído como segue:

	Quantidade de ações em 31/12/2021	Quantidade de ações em 31/12/2020	Participação %
Acionista			
Edenred Brasil Participações S.A.	30.868.906	30.868.906	89%
Itaú Unibanco S.A.	3.815.257	3.815.257	11%
Total	<u>34.684.163</u>	<u>34.684.163</u>	<u>100,00</u>

b) Reserva legal: Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital. **c) Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, a ser deliberado em Assembleia Geral. **d) Dividendos obrigatórios:** O Estatuto Social define que a Companhia deve destinar aos acionistas, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de no mínimo 25% e, no máximo, 75% do lucro líquido auferido no exercício, após as deduções previstas. Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 correspondem ao valor de R\$62.437. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, com base neles, autoriza a distribuição de dividendos mediante a deliberação da Diretoria. Em 04 de dezembro de 2020, na Reunião do Conselho de Administração, fora aprovada a proposta de postergar a discussão sobre a deliberação do montante a ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme previsto na Lei 6.404/76, artigo 202. Em 13 de setembro de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$201.132 para os acionistas (R\$179.007 à Edenred Brasil e R\$22.125 ao Itaú Unibanco S.A.) referente aos lucros oriundos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **e) Outros resultados abrangentes:** A movimentação da parcela efetiva da marcação a mercado no exercício dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como "hedge" contábil de fluxo de caixa e o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais referente aos benefícios de longo prazo e pós-emprego oferecidos pela Companhia estão demonstrados conforme tabela abaixo: **"Hedge" contábil de fluxo de caixa:**

	Saldo Principal	Imposto de renda e contribuição social diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2020	163.692	(56.655)	108.037
Movimentação	<u>(168.052)</u>	<u>57.138</u>	<u>(110.914)</u>
Saldo em 31.12.2021	<u>(4.360)</u>	<u>1.483</u>	<u>(2.877)</u>

Benefícios a empregados:

	Saldo Principal	Imposto de renda e contribuição social diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2020	—	—	—
Movimentação	<u>4.636</u>	<u>(1.576)</u>	<u>3.060</u>
Saldo em 31.12.2021	<u>4.636</u>	<u>(1.576)</u>	<u>3.060</u>

23. Receita Operacional Líquida

Receita operacional bruta:

Serviços prestados	791.130	760.894	765.067
Rendimento de aplicações financeiras	98.430	95.115	95.115
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(133.060)</u>	<u>(114.913)</u>	<u>(115.414)</u>
Receita operacional líquida	<u>756.500</u>	<u>741.096</u>	<u>744.768</u>

24. Receitas (Despesas) Operacionais

	2021	2020	
Controladora	Controladora	Consolidado	
Gastos com pessoal na prestação de serviços	(232.407)	(216.283)	(216.630)
Prestadores de serviços	(69.546)	(73.357)	(74.088)
Depreciação e amortização	(67.405)	(63.544)	(63.544)
Gastos com informática e comunicação	(46.499)	(33.276)	(33.276)
Gastos com manutenção e limpeza	(20.157)	(25.260)	(25.260)
Gastos com materiais e propaganda na prestação de serviços	(25.623)	(27.380)	(27.380)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(19.680)	(7.529)	(7.529)
Ganho/perda na baixa de imobilizado/intangível	(17.183)	(8.385)	(8.385)
Gastos com assessoria, consultoria e auditoria	(14.970)	(13.030)	(13.030)
Representantes comerciais	(2.009)	(2.750)	(2.750)
Gastos com locomoção	(1.837)	(2.298)	(2.298)

Reversão e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Equivalência patrimonial	32	1.936	—
Provisão para devedores duvidosos	<u>6.714</u>	<u>(2.529)</u>	<u>(2.529)</u>
Total	<u>(511.292)</u>	<u>(468.086)</u>	<u>(471.100)</u>

Classificadas como:

Despesas com pessoal	(163.216)	(147.522)	(147.522)
Custo dos serviços prestados	(152.457)	(154.603)	(155.050)
Depreciação e amortização	(67.405)	(63.544)	(63.544)
Outras despesas gerais e administrativas	(65.892)	(46.370)	(46.333)
Assessoria e representação	(62.416)	(59.768)	(60.436)
Despesas comerciais	(11.420)	(10.672)	(10.672)
Equivalência patrimonial	32	1.936	—
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>11.482</u>	<u>12.457</u>	<u>12.457</u>
Total	<u>(511.292)</u>	<u>(468.086)</u>	<u>(471.100)</u>

25. Resultado Financeiro - Controladora

Receitas financeiras:

Juros recebidos de clientes e estabelecimentos	150.754	106.351
Ganhos monetários sobre obrigações	37.238	31.113
Outras receitas financeiras	31.298	37.878
Ganhos com variações monetárias	2.672	1.956
Juros sobre operação de mútuo	67	7
Total	<u>222.029</u>	<u>177.305</u>

Despesas financeiras:

Descontos concedidos e outros incentivos	(60.449)	(57.213)
Despesas bancárias	(9.036)	(9.377)
Juros sobre empréstimos	—	—
Outras despesas financeiras	(6.109)	(8.844)
Juros sobre passivo de arrendamento	(1.845)	(744)
Juros sobre benefícios a funcionários	(1.666)	—
Total	<u>(79.105)</u>	<u>(76.178)</u>

26. Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social: Conforme descrito na nota explicativa nº 21, a Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido	<u>262.891</u>	<u>253.823</u>

Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico e diluído por ação

Lucro por ação - básico e diluído - R\$	<u>7,58</u>	<u>7,32</u>
---	-------------	-------------

27. Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais:

A Companhia contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Os instrumentos financeiros estão basicamente representados por aplicações financeiras, empréstimos a pagar e operações de "swap" contratadas pela Companhia. A Administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados

Diretoria

Viviane Pampin Rodriguez - Diretora Financeira

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das

pela Administração, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio. As políticas de aplicações financeiras e empréstimos a pagar estabelecidas pela Administração da Companhia elegem as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas. **b) Valor de mercado de instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares. **c) Risco de crédito:** A política de venda e de prestação de serviços da Companhia está associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". A Companhia tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes. **d) Risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos. **e) Risco cambial:** A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais (R\$). **f) Risco operacional:** A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos. Os planos para contingência estão formalizados pela Administração, o que permitiria à Companhia recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia. A Companhia possui uma equipe especializada e utiliza sistemas antifraude para o monitoramento de transações (monetárias ou não) efetuadas com cartões. Tais ferramentas apontam e identificam transações suspeitas de fraude no momento da autorização e consultas suspeitas nos cartões, enviando alertas à equipe de prevenção à fraude, para que esta contate o portador do cartão. **g) Gerenciamento do risco de taxa de juros:** A Companhia está sujeita a risco de mudanças nas taxas de CDI; dessa forma, há riscos de mudanças nas taxas de CDI a serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia está única e exclusivamente exposta à variação do CDI nos contratos de "swap". **(i) "Hedge" de fluxo de caixa:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia possui estrutura de "hedge" contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras em CDB's que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI e, através da estrutura de "hedge" contábil, visa obter a previsibilidade do seu fluxo de caixa ao contratar operações de "swaps" que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o "hedge" de fluxo de caixa. Para estruturar a operação a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de "swap", conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Vencimento	Valor renencial	Instru-mento "hedge"	Juros ao ano con-tractar	Diferen-cial a receber	Efeti-vo
-------------	------------	-----------------	----------------------	--------------------------	------------------------	----------

Operações iniciadas:

Société Générale	22/07/2022	150.000	CDI x Pré	10,40%	23.916	100%
Société Générale	22/07/2022	200.000	CDI x Pré	11,35%	70.534	100%
Société Générale	22/07/2022	165.000	CDI x Pré	11,35%	58.133	100%
Itaú	05/12/2023	<u>200.000</u>	<u>CDI x Pré</u>	<u>10,29%</u>	<u>40.593</u>	<u>100%</u>
		<u>715.000</u>			<u>193.176</u>	

Operações negociadas:

Société Générale	25/10/2024	200.000	CDI x Pré	10,48%	122	100%
Société Générale	15/03/2027	200.000	CDI x Pré	10,10%	(1.278)	100%
Itaú	22/07/2025	<u>200.000</u>	<u>CDI x Pré</u>	<u>10,48%</u>	<u>498</u>	<u>100%</u>
		<u>600.000</u>			<u>(658)</u>	
		<u>1.315.000</u>			<u>192.518</u>	

A parcela efetiva da marcação a mercado no exercício dos instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge" contábil de fluxo de caixa, no montante de R\$2.877, líquido do efeito tributário, foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica "Outros resultados abrangentes". **(ii) Valor de mercado:** Os "swaps" foram considerados de nível 2 para o cálculo do seu valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado. **(iii) Análise de sensibilidade suplementar sobre os instrumentos financeiros:** A Companhia apresenta, a seguir, as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais à Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I). • Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada